

O ESTUDO DOS GÊNEROS SOB TRÊS DIMENSÕES DE ANÁLISE: A SITUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO, AS RESTRIÇÕES DISCURSIVAS E AS RESTRIÇÕES FORMAIS

Antonio Wallace LORDES

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

wallace_lds@hotmail.com

RESUMO: Charaudeau (2004) considera que o estudo dos gêneros perpassa as seguintes dimensões: a ancoragem social, as atividades languageiras e as características formais. Assim, levanta a hipótese de que o domínio de prática social tende a regular as trocas, e, conseqüentemente, a instaurar as regularidades discursivas. Tematiza cada uma dessas dimensões e propõe que se considere uma relação de consubstancialidade entre elas. O fato é que Charaudeau (2004) sugere que a dimensão social seja o ponto de partida para a análise, nos oferecendo o cenário ideal para o reconhecimento dos elementos que estruturam o fato languageiro e, num efeito de contigüidade, influenciam na dinâmica das outras dimensões. Trata-se de um projeto de transformação das práticas sociais em práticas comunicativas, ocasionando um processo de discursivização via restrições, o que implicará a articulação da teoria em três planos: o plano dos princípios gerais; onde se localizam a situação comunicacional e seus elementos, o plano dos mecanismos de funcionamento do ato; onde se localiza o processo de discursivização, subdividido em restrições discursivas e formais. Este trabalho tem por objetivo discutir essas categorias do ato languageiro e suas articulações em alguns gêneros-contrato, em especial, o publicitário e o promocional, de acordo com Charaudeau (2004, 2010).

Palavras-chave: Situação de comunicação; Restrições discursivas; Restrições formais; Gêneros-contrato.

1. Introdução

A questão dos gêneros do discurso vem sendo tratada desde a antiguidade, inicialmente por Platão, posteriormente, complexificada por Aristóteles (PAVIANI et al., 2008) e desde então muitos foram os autores que tematizaram o assunto e propuseram tipologias.

Embora hoje possamos empregar o conceito de gênero dentro de diversas áreas do conhecimento e, no âmbito da linguagem, sob diferentes perspectivas, é necessário retornar criticamente às contribuições do passado que se restringiam à análise de seus aspectos formais. Nesse sentido, não é possível ignorar as contribuições desses pensadores.

Suas reflexões tiveram desdobramentos primeiro na tradição literária representada por Platão e Aristóteles e, em seguida, no âmbito da linguagem pela tradição retórica,

representada pelo segundo pensador, embora a ênfase tenha permanecido na literatura por muito tempo. A tendência literária representava o estudo-piloto dos textos escritos e perpassou a Idade Média até a Modernidade (MARCUSCHI 2008, p.147). Sob essa perspectiva, priorizava-se a incidência de características similares para a categorização dos gêneros. Eles eram definidos por meio de regularidades linguísticas de forma e de conteúdo e eram classificados em categorias mutuamente excludentes.

Desde os primeiros escritos, entre os anos 335 a.C. e 323 a.C. (SOUZA, 1993, pg.8)¹, através da *Poética*² de Aristóteles, a noção de gênero fazia parte de uma vertente teórica que o tomava como mecanismo de categorização geral dos textos/discursos. Havia, portanto, um fundamento filosófico principal que sustentava esse tipo de estudo segundo o qual a palavra era ferramenta de representação do mundo, logo, de toda a arte, fazendo com que os parâmetros para a análise de textos se estendessem às artes plásticas. Esse fenômeno sustentava a ideia de que as manifestações humanas passariam por um processo de imitação (*mimesis*³), instituindo um mundo representado, o que os gregos chamavam de *logos*.

Assim, o estudo dos gêneros sofreu um deslocamento servindo como ferramenta básica de análise de outras manifestações seguindo aspirações não só literárias, mas também artísticas.

Com a evolução dos estudos retóricos de Aristóteles, um novo campo de pesquisas se abriu. Este campo visava à classificação dos gêneros considerando algumas características dos elementos extralinguísticos.

Então, dessas duas visões que serviram de base para o estudo dos textos surgiram subcategorizações, a saber: a literária resultou no estudo e na classificação dos gêneros lírico, épico e dramático e, a retórica; decorrente da necessidade de gerir a vida da cidade, investigou o universo de deliberações e da persuasão política, sendo subcategorizada nos gêneros deliberativo, jurídico e epidítico.

Hoje, sabemos que a concepção de gênero textual/discursivo integra uma gama de discussões que o coloca como um dos índices principais no campo de estudos da linguagem, em especial, aqueles campos que focam essa noção como instrumento de estruturação e também de categorização das produções languageiras, ligando-o às práticas sociais concernidas.

¹Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Po%C3%A9tica_\(Arist%C3%B3teles\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Po%C3%A9tica_(Arist%C3%B3teles)). Acesso em: 15/10/2011.

² A *Poética* é um conjunto de anotações das aulas de Aristóteles sobre o tema da poesia e da arte em sua época, pertencentes aos seus escritos *acroamáticos* (para serem transmitidos oralmente aos seus alunos) ou *esotéricos* (textos para iniciados). Disponível em:

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Po%C3%A9tica_\(Arist%C3%B3teles\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Po%C3%A9tica_(Arist%C3%B3teles)). Acesso em: 15/10/2011.

³ Disponível em: <http://www.consciencia.org/docs/poetica.pdf>. Acesso em 05/10/2011

Sobre esse aspecto, Charaudeau (2004, p. 13) acentua que a tradição literária nos legou uma forte herança e serve, frequentemente, como ponto de partida para o estudo dos gêneros, mas acha melhor rompermos com essa filiação e se diz próximo à tradição retórica. O autor, em suas produções (2004; 2010), trata dos diferentes modos de entendimento dos gêneros em correntes linguísticas distintas e das divergências e convergências entre esses estudos.

Portanto, para entendermos como Charaudeau constitui uma compreensão própria de gênero, este artigo propõe-se a expor alguns de seus pressupostos e elucidar como o autor caracteriza essas diversas concepções em textos que o mesmo chama de propagandísticos, abrangendo suas variantes que são o discurso promocional e o publicitário.

Busca-se, mais especificamente, explicitar os três níveis do ato comunicativo que, segundo Charaudeau, compõem os elementos necessários para que se chegue a uma análise mais clara, que não priorize alguns aspectos em detrimento de outros, mas que revele um esquema de articulações e combinações entre esses planos para a delimitação dos gêneros.

Antes disso, faz-se necessário, porém, falarmos mais um pouco do alcance que a discussão sobre a noção de gêneros atingiu, graças, principalmente, aos estudiosos do ciclo bakhtiniano que tiveram como maior influência o pensador russo Mikhail Bakhtin. Não é nosso objetivo, no entanto, especificarmos todos os teóricos que passaram a se ocupar desses estudos, tarefa que ultrapassaria o espaço aqui permitido, ocupando não um, mas vários artigos, dada a complexidade da questão.

2. Gêneros e tipologias do discurso

No ocidente, o estudo dos gêneros se iniciou, segundo textos antigos, por Platão (PAVIANI et alii, 2008, p.174)⁴, porém não se tratava de um estudo com aspirações linguísticas e sim voltado para a História da Arte. Apesar de Aristóteles ter também tratado a questão dos textos na perspectiva literária em anotações de suas aulas as quais foram compiladas e ficaram conhecidas por *Poética*, esse autor só iniciou uma tradição esquematizada nos entornos da linguagem através dos *Tópicos* (PAVIANI et alii, 2008, p.174), obra na qual o estudioso indaga o que se pode dizer que é a definição, o específico de qualquer coisa, o gênero e o acidente, isso no âmbito da lógica, da retórica e da gramática, e também em seus escritos da *Retórica*, obra na qual analisou a expressão e os gêneros de discursos, estabelecendo regras e exemplos que permitiram distinguir, sob o ponto de vista

⁴ <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/159/150> Acesso em: 15 out. 2011

lógico e ontológico, suas categorias (gênero, espécie e diferença específica) e seus elementos constitutivos.

Nos Tópicos, Aristóteles definiu os gêneros como um grupo de seres ou objetos dotados de propriedades comuns, porém divisíveis em grupos menores chamados espécies. Na Retórica, o pensador mostra que a cada gênero corresponde uma expressão diferente. Separa, por exemplo, do rigor escrito, o caráter de representação teatral inerente aos debates. Em suma, estabelece como referências básicas os gêneros deliberativo, jurídico e epidíctico (demonstrativo). Suas funções eram a de aconselhar/desaconselhar, acusar ou defender, elogiar ou censurar, respectivamente.

Assim, no ramo da linguagem, o mérito de Aristóteles foi dar início a um processo de análise sistemática acerca dos gêneros com embasamento linguístico, pois a partir de suas reflexões foi inaugurado um longo percurso de investigações sobre o discurso, o ato de fala e a escrita, que dura até hoje e que, consideradas as proporções e os níveis de complexidade que se foram agregando, continua crescendo. Ele foi o primeiro a chamar a atenção sobre o sujeito do discurso, o público, o tempo, o ato realizado, os valores e os argumentos nele contidos.

Essa posição artístico/literária oriunda de Platão e Aristóteles e esquematizada com base retórica em Aristóteles, conseguiu manter-se por séculos. Hoje, como já foi dito, embora ainda haja uma forte incidência de análise segundo uma orientação literária, há também aquelas correntes que se distribuem no âmbito do uso social da palavra analisando os diferentes tipos de discursos e seus reflexos na sociedade, indo desde a análise dos elementos que compõem o discurso (segundo uma teoria própria do discurso), considerando os fatores psicossociais que estão ali envolvidos, até a relação de força que se estabelece entre os sujeitos protagonistas dessas interações. Assim, o conceito de gênero se complexificou e entrou em crise dada a existência de tantas pesquisas dentre as diferentes linhas teóricas da linguística que abordam o assunto.

Por isso, não podemos mais ser ingênuos e assumirmos uma postura baseada no objetivismo abstrato afirmando haver apenas uma meia dúzia de classificações para os gêneros, segundo suas sequências tipológicas como o argumentativo, o narrativo, o demonstrativo, etc., pois sabemos que nos textos/discursos que circulam hoje em nossa sociedade essas sequências podem aparecer com diferentes intenções e em vários textos ou se misturarem num só texto.

Além disso, o estudo dos gêneros, na atualidade, representa um esforço teórico de grande utilidade nas ciências sociais que tem por objeto as ações humanas, a organização

social, as relações institucionais e os processos de aprendizagem e, isso tudo, como sabemos, não está isento do caráter *multidimensional* (CHARAUDEAU, 2005, p. 14) da linguagem.

Essa visão contemporânea dos gêneros é o resultado de vários fatores que fizeram com que esse tipo de reflexão ocupasse o centro de várias discussões acerca das relações humanas, dentre eles estão: a) a revisão crítica das noções clássicas, tanto literária como retórica; b) uma concepção de linguagem não mais vista como sistema e sim como instrumento e interação social; c) uma análise crítica dos discursos que circulam na sociedade com embasamento tanto linguístico quanto sociológico; d) a exploração de campos de estudo que têm os sujeitos como protagonistas dos atos *linguageiros*⁵, sob uma perspectiva enunciativa, dentre outro fatores.

Certamente, podemos afirmar que no centro dessas discussões contemporâneas estão aqueles teóricos que participavam do círculo bakhtiniano, o qual tem por fundamento as reflexões do pensador russo Mikhail Bakhtin.

É inegável a contribuição desse pensador a respeito dos gêneros do discurso. O motivo de sua abordagem se manter como base referencial se deve ao fato de esse autor ter projetado um foco interativo amplo acerca dessas discussões, isso porque, de acordo com sua concepção, a linguagem humana é interacional por natureza:

Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN, 2006, p.117, ênfases do autor).

Partindo do estudo e da teorização dos gêneros literários, esse autor amplia o foco de análise para incluir as produções verbais por meio das quais se dá a interação na vida social. Porém, o mesmo autor parece dizer que, dada a complexidade das relações sociais, tantos são os modos e o caráter dessa expressão quanto às diferentes esferas da atividade humana. Isso, nas palavras de Charaudeau (2004) quer dizer que os domínios de práticas discursivas são extensos e englobantes demais para se delimitar os gêneros. Dentro de cada um desses domínios, os sujeitos elaboram seus enunciados obedecendo a certa relativização e unicidade temática, estilística e composicional, o que Bakhtin (2006) denomina de *gêneros* ou *tipos de enunciados relativamente estáveis*, exatamente por manifestarem e canalizarem determinadas

⁵ Neologismo criado no Núcleo de Análise do Discurso da FALE/UFMG, em 1993. (MACHADO 2006, p.14)

marcas características dessa ou daquela prática social de modo a fazê-las congruir em um repertório de usos languageiros, de maneiras de dizer. Por se tratarem de entidades sócio-discursivas, os gêneros se situam historicamente em determinadas culturas de acordo com seus traços fraseológicos, composicionais e léxico-gramaticais. Ou seja, sob este ponto de vista, a abordagem do gênero segue um teor sociológico e funcional.

No entanto, como dissemos, dada a complexidade das relações que acontecem nessas esferas sociais, os gêneros podem se transmutar e se mesclar, fazendo surgir outros novos, ratificando sua natureza heterogênea, afinal, para Bakhtin, o significado dos gêneros é composto de traços funcionais e é exatamente sua diversidade funcional que parece delinear os traços comuns entre os mesmos. Isso nos faz entender porque, de alguma forma, muitos teóricos que trabalham com a noção de gênero, hoje, são tributários de Bakhtin. Porém cada um, à sua maneira, vai nos dar uma noção diferenciada, de acordo com seu foco, sua abordagem. Uns preferem o caráter sociológico para tratar os gêneros, afirmando que os mesmos são geridos em situações concretas de uso, carregando traços dos comportamentos languageiros dos sujeitos, revelando ideologias e características sociais de sua época. Outros seguem a tendência clássica literária, elaborando conceitos que variam de acordo com as recorrências formais consideradas constitutivas dos gêneros. Outros, ainda, partilham de uma visão cognitiva, segundo uma marcação morfológica, tentando relacionar a elaboração e interpretação dos enunciados com o sistema psíquico do homem.

O fato é que Bakhtin compilou os pilares básicos do teor interativo e social dos gêneros, o que permite que haja, no momento, muitas abordagens em diversos países, seguindo esse foco ou não. A respeito disso, Swales (1990, p. 33 *apud* MARCUSCHI, 2008, p. 147) diz que “hoje, gênero é facilmente usado para referir uma categoria distintiva de discurso de qualquer tipo, falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias”. Essa visão é compartilhada em várias áreas, dentro e fora da linguística, inserindo, portanto, a questão dos gêneros num debate amplo e complexo.

Isso porque estudar os gêneros possibilita ao homem entender a sociedade, o comportamento humano, suas relações sócio-históricas, políticas, psicológicas, uma vez que é através da linguagem que ele realiza suas ações.

Para Charaudeau (2008), o homem só se comunica social e psicologicamente através dos efeitos construídos pelo próprio homem no âmbito da linguagem. Somos nós, enquanto seres psicossociológicos, que amoldamos a linguagem através das trocas sociais e rotineiras da língua. Isso nos remete à exigência de competências que caracterizam nosso discurso social, a saber: a) uma competência situacional; pois todo ato de comunicação acontece dentro

de um contexto situado, b) uma competência semiolinguística; que nos condiciona a organizar, para a encenação do ato de linguagem (*mise en scène*), os mecanismos semiológicos dos quais dispomos em cada língua, e, por último, c) uma competência semântica; que nos permite construir os sentidos dos signos, que, em sua gênese, carregam apenas traços semânticos básicos que servem como itinerário referencial no uso das formas. À medida que a sociedade se apropria do signo para comunicar-se, aos poucos, vai lhe atribuindo novos sentidos construídos no liame da intercomunicação cujo caráter é psicossociológico. Assim, esse autor acredita que nós, como seres sociais, somos dotados dessas competências, e por isso nos apropriamos de formas básicas de comunicação as quais o mesmo chama de gêneros empíricos.

Essa primeira noção de gêneros, com base sociológica, encontra ecos nas discussões marcadas pelos estudiosos do círculo bakhtiniano que, como dissemos, atribuíam um caráter sócio-dialógico à produção dos enunciados que circulam em nossa sociedade. Como afirma Pires (2010, p.2):

Charaudeau apropria-se da idéia de Bakhtin de que a nossa palavra está sempre em relação dialógica com a palavra do outro. Para ambos os autores, as palavras não deixam de pertencer ao indivíduo, ele não apenas as repete, não se trata do sujeito assujeitado dos primórdios da AD francesa; mas também as palavras não são suas integralmente: elas são divididas entre as suas próprias e as do outro, confundindo-se, numa “tensa luta dialógica” (BAKHTIN, 2003:379-380, ênfase do autor) ao entrar em contato com outros discursos, com outros pontos de vista, opiniões, teorias, crenças.

Essa construção dialógica é admitida pelo autor quando afirma que sua própria teoria recebeu influência de várias outras, mas que, ao mesmo tempo, não consegue diferenciar suas palavras das palavras alheias:

(...) Não conseguindo estabelecer uma diferenciação entre nossa palavra e as múltiplas palavras de outros, não citaremos, ao longo de nosso percurso, nem as teorias precisas, nem os autores por elas responsáveis por tudo o que ficou ecoando em nosso pensamento até ser cristalizado em palavras, palavras cuja paternidade não assumimos totalmente, mas somente em parte (CHARAUDEAU *apud* MACHADO, 2005, p.19-20)

É notória a influência de Bakhtin na Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau, no entanto, para objeto de sua crítica, Charaudeau (2004) reúne as teorias que tratam dos gêneros sob três aspectos principais: a) as que partem da ancoragem social do discurso; b) as que se baseiam nas atividades languageiras construídas; c) as que se fundamentam pelas características formais dos textos produzidos.

Para Charaudeau, o aspecto da ancoragem social é o que funda os gêneros, pois é nesse âmbito que se encontram as atividades languageiras rotinizadas pelas práticas sociais. No entanto, o espaço social, o qual o autor chama de *domínios de prática languageira*, é só o ponto de partida, mas não é o todo do ato. Para abranger a totalidade de análise a respeito dos gêneros, Charaudeau propõe uma descrição dos mecanismos languageiros que põem o ato em funcionamento e transforma o espaço social em espaço discursivo, à guisa de uma teoria do discurso.

Portanto, dentre as teorias supracitadas, o ponto de partida teórico de Charaudeau são as teorias que privilegiam as situações de comunicação, aquelas que tratam de como a sociedade produz enunciados relativamente estáveis (gêneros) a partir das atividades que se realizam em setores como o político, o religioso, o jurídico, o educativo, etc. Para ele, o ato de linguagem, considerado como prática social, tende a regular as trocas verbais e a instaurar as regularidades discursivas. Assim, esse autor trabalha com duas possibilidades: resume o problema da definição dos gêneros às questões de liberdade e de restrição da produção languageira. Quer dizer, se colocarmos o problema dos gêneros sob o aspecto das condições de produção trazidas pelos domínios de prática, o sujeito terá, em tese, total liberdade de se exprimir de acordo com o lugar que ocupa. Porém, isso poderia querer dizer que o sujeito estaria completamente determinado pelo lugar que lhe dá o dispositivo do domínio de prática social, e que sua maneira de falar teria pouca importância, tudo sendo marcado de antemão.

Por outro lado, se colocarmos o problema dos gêneros no nível das características formais, o sujeito não terá mais liberdade. Assim, ele seria obrigado a passar pelo modelo de formas codificadas e comunicar-se seria um processo análogo ao de recitação de uma prece litúrgica. Isso quer dizer que qualquer que fosse a maneira de falar, ‘ele produziria um discurso típico do domínio concernido’ (CHARAUDEAU, 2004, p. 14), fazendo-o desaparecer como sujeito autônomo e intencional.

Portanto, instituir um gênero, uma tipologia, é aceitar que a produção languageira é submetida a manobras e restrições. É com esses movimentos que o autor trabalha ao tentar articular *o domínio da prática social* com *o domínio da prática discursiva*. Em outras palavras, a respeito dos gêneros, Charaudeau propõe que consideremos desde seus aspectos fundadores (os dados da situação de comunicação) até suas características formais (os dados das restrições formais), domínios mediados pelas restrições discursivas. A proposição que se segue trata exatamente deste assunto.

3. Proposta de Charaudeau para o estudo dos gêneros

De acordo com Charaudeau, cada um destes níveis representa uma dimensão de manobras e restrições. Tratam-se de espaços a partir dos quais o sujeito, ser psicossocial, organiza seus recursos obedecendo a regras impostas ou por dispositivos materiais ou por mecanismos discursivos, a fim de construir sua *mise en scène*. Deve-se salientar, no entanto, que esses níveis são considerados de forma integrada, pois apesar de terem suas características particulares, eles funcionam de maneira assimétrica e não correspondem a uma relação termo a termo. Eles indicam a relação de consubstancialidade que situação, sentido e forma mantêm, pois abarcam tanto as condições externas do ato linguageiro (seus participantes e condições de produção) quanto sua repercussão na realização linguística do ato, na *mise en discours*.

Nesta perspectiva, toda comunicação obedeceria inicialmente aos dados situacionais, com ancoragem social (pois sua teoria é de base sociológica) para então ser materializada em formas de dizer num espaço de manobras e restrições discursivas resultando, por fim, no reflexo de um terceiro espaço, o das restrições formais. Isso justificaria um contrato de comunicação através do qual os sujeitos participantes do ato teriam que reconhecer e respeitar o funcionamento dos elementos que compõem esses níveis, para que o ato efetivamente acontecesse. Esse reconhecimento se dá através de um conjunto de atividades instituídas socialmente os quais o autor relaciona com as memórias dos sujeitos.

3.1. O ato linguageiro em três memórias

A base para a estruturação desses níveis está associada à noção da formação de comunidades discursivas. Estas, segundo Charaudeau, seriam uma reação de um repertório de práticas estabilizadas nos domínios de prática linguageira. Antes de prosseguirmos, vejamos como o autor constrói o nível das três memórias.

Embasado em Bakhtin (1984 *apud* CHARAUDEAU, 2004, p.19), afirma que os sujeitos se inscrevem no mundo das semioses através dos comportamentos sócio-linguageiros. Ou seja, para se comunicar, o sujeito precisa inscrever-se no mundo dos signos de acordo com normas sociais que o rodeiam, as quais vão orientar os sentidos das formas. Assim, este autor levanta a hipótese de que é através desse processo que o sujeito registra esses processos em três memórias. São elas: a) uma *memória dos discursos* que está relacionada a representações sociais em torno das quais são construídas as identidades coletivas. Essa memória reúne sujeitos virtuais que partilham de ideais, de posicionamentos políticos e valores ; b) uma

memória das situações de comunicação através da qual os sujeitos são reunidos fisicamente e compartilham de valores estipulados dentro dos dispositivos que normatizam as trocas comunicativas e que se definem através de um conjunto de condições psicossociais de realização, de modo que os parceiros possam se entender sobre o que constitui a expectativa (*enjeu*) da troca, possam estabelecer um contrato de reconhecimento, condição da construção recíproca e diferenciada do sentido; c) uma *memória das formas de signos* que corresponde a uma comunidade virtual dos sujeitos que utilizam formas rotineiras de representação dos signos os quais condicionam as maneiras de dizer. Seria a memória que regula a dinâmica das trocas languageiras instituídas socialmente.

O autor se propõe então a organizar e descrever a natureza do ato languageiro começando pelo espaço onde as primeiras restrições são geradas, ou seja, na situação de comunicação e seus elementos, pois neste domínio encontram-se os dispositivos que facilitam o reconhecimento do ato social como ato comunicativo. Trata-se de um projeto de transformação das práticas sociais em práticas comunicativas, passando pelo processo de discursivização via restrições discursivas, o que implicará a articulação da teoria em três planos: a situação de comunicação, as restrições discursivas e as restrições formais. Vejamos cada um deles separadamente.

O primeiro plano, o dos *princípios gerais*, seria o espaço do fundamento do ato de linguagem onde o sujeito, para se comunicar, seria orientado segundo a dinâmica de relação entre uma série de procedimentos, a saber: os princípios de influência, de alteridade, de regulação e de pertinência, em especial, pelo princípio de influência. É este o principal princípio dessa relação e que está na origem de certas visadas (intenção comunicativa), as quais vão orientar todo o ato de linguagem. Esse princípio funciona segundo uma dinâmica de enunciação que varia de acordo com a finalidade do sujeito que propõe o ato. Essa finalidade logo vai selecionar uma visada baseada na relação que o EU mantém com o TU e a força que os religa em termos dessa mesma finalidade. Os outros elementos então passam a funcionar em prol da finalidade geral do ato (o propósito) e da (s) visada (s) selecionada (s) por ele.

Se cada elemento sinaliza a maneira de se comportar discursivamente de acordo com esses índices sociais, podemos afirmar que é da dinâmica desse processo que surge a *situação de comunicação*, pois ela reúne uma série de aspectos que vão constituir as maneiras mais ou menos rotinizadas de interagir e construir a expectativa da troca, motivo pelo qual podemos afirmar que há um *contrato de comunicação*.

Aliás, o que caracteriza um domínio de comunicação, segundo Charaudeau, é quando um conjunto de situações partilha características em comum. Assim, uma situação política

pode convocar características similares em termos de intencionalidade, captação, legitimidade, mas que, ao mesmo tempo, por conta das restrições da situação-contrato, vão originar várias outras situações-contrato, o que o autor chama de subcontratos. Então, num mesmo domínio comunicacional podemos encontrar diversas situações e cada situação pode requerer diversas estratégias discursivas que vão delinear os diferentes modos de dizer de cada contrato.

Se for neste âmbito que estão localizadas as condições de produção e as *instruções de cunho social e enunciativo* do ato, e ainda, se for aí que se funda a legitimidade dos sujeitos, encontramos então o cenário para o início da análise do ato. Este é o nível pelo qual, segundo o autor, deve começar a análise dos discursos. Por isso, antes de prosseguirmos para os outros domínios que põem o ato em funcionamento, julgamos necessário esclarecer com mais detalhamento os elementos que compõem a situação de comunicação, em especial, aquele que como já dissemos, regula todo o ato, pois advém de uma intencionalidade enunciativa do sujeito: as visadas discursivas. É a partir da intenção geral e da visada que é selecionada que os sujeitos vão interagir mutuamente, por isso comecemos por elas.

4. A situação de comunicação e seu componente principal: a finalidade dos parceiros na troca ou visadas discursivas

As visadas discursivas orientam as estratégias às quais o falante vai lançar mão e sobre as quais ele vai construir seu projeto de fala a fim de ser compreendido pelo seu interlocutor. Assim, elas representam instruções situacionais que o falante se guia para ter legitimidade e/ou captar a audiência do interlocutor, pois estas instruções são provenientes da '*identidade*' dos parceiros e do lugar que eles ocupam na troca. Porém, para que haja comunicação, os parceiros devem se reconhecer (reciprocamente) como legítimos produtores do discurso que preferem, o que irá garantir sua legitimidade (*princípio de alteridade*). Se o lugar do qual fala o sujeito proponente do ato, o Eu comunicante (EUc), não for reconhecido pelo sujeito para o qual o ato é dirigido, o Tu interpretante (TUi), sua legitimidade ficará comprometida. No entanto, esse reconhecimento vai ser o resultado de troca entre os sujeitos envolvidos no ato e seus papéis vão ser reconhecidos em decorrência da '*finalidade*' que os religa em termos de finalidade do ato, do propósito que pode ser convocado e das circunstâncias materiais nas quais a troca se realiza.

Na verdade, as instruções da situação de comunicação, em que se fundam as visadas, vão ser o ponto de partida para que se chegue a um meio de articular o domínio de

prática social com a atividade discursiva. Dito de outra maneira, elas colocam em relevo os elementos essenciais da comunicação (as condições de produção e de reconhecimento dos atos de comunicação, ou seja, as condições de enunciação sob seu aspecto externo) o que estrutura o domínio de prática (que como dissemos, é englobante demais) em domínio de comunicação. Essa é a principal proposta de Charaudeau e é pelas visadas que ele inicia a análise:

Destes componentes, (a ‘identidade’ dos parceiros e o lugar que eles ocupam na troca, a ‘finalidade’, o ‘propósito’ e as ‘circunstâncias materiais’ nas quais a troca se realiza) me deterei mais particularmente, aqui, no da finalidade, porque é ele que, selecionando um tipo de finalidade, determina a orientação discursiva da comunicação. Este nível é metodologicamente aquele pelo qual deve começar a análise dos discursos, Charaudeau (2004, p.22) (ênfases do autor)

Essas visadas podem ser definidas da seguinte forma:

A visada de “prescrição”: *eu* quer “mandar fazer” (*faire faire*), e ele tem autoridade de poder sancionar; *tu* se encontra, então, em posição de “dever fazer”.

A visada de “solicitação”: *eu* quer “saber”, e ele está, então, em posição de inferioridade de saber diante do *tu*, mas legitimado em sua demanda; *tu* está em posição de “dever responder” à solicitação.

A visada de “incitação”: *eu* quer “mandar fazer” (*faire faire*), mas, não estando em posição de autoridade, como no caso da prescrição, não pode senão incitar a fazer; ele deve, então, “fazer acreditar” (por persuasão ou sedução) ao *tu* que ele será o beneficiário de seu próprio ato; *tu* está, então, em posição de “dever acreditar” que, se ele age, é para o seu bem.

A visada de “informação”: *eu* quer “fazer saber”, e ele está legitimado em sua posição de saber; *tu* se encontra na posição de “dever saber” alguma coisa sobre a existência dos fatos, ou sobre o porquê ou o como de seu surgimento.

A visada de “instrução”: *eu* quer “fazer saber-fazer”, e ele se encontra ao mesmo tempo em posição de autoridade de saber fazer e de legitimação para transmitir o saber fazer; *tu* está em posição de “dever saber fazer”, segundo um modelo (ou modo de emprego) que é proposto por *eu*.

A visada de “demonstração”: *eu* quer “estabelecer a verdade e mostrar as provas”, segundo uma certa posição de autoridade de saber (cientista, especialista, *expert*); *tu* está em posição de ter que receber e “ter que avaliar” uma verdade e, então, ter a capacidade de fazê-lo.

Sendo assim, as visadas discursivas representam um esforço cognitivo com motivações pragmáticas que orientam o engajamento do produtor do ato na situação

linguageira. Elas têm a ver com a finalidade do ato, por parte do sujeito falante, mas devem envolver tanto o produtor quanto o receptor, de modo que ambos possam recorrer a elas. Ou seja, o receptor também deve⁶ reconhecer a finalidade do ato de fala, pois esta finalidade está estritamente relacionada à identidade do enunciador e sua consequente legitimação. É por isso que, apesar de o proponente do ato idealizar um sujeito destinatário, o TU destinatário (TUd), essas visadas representam uma evolução no esquema tradicional das teorias da comunicação. A relação de sujeito comunicante (EUc) e sujeito interpretante (TUi) é assimétrica, ou seja, se a visada não for reconhecida pelo interpretante, o sujeito comunicante pode não ser legitimado como digno de seu discurso, podendo, portanto, não lhe ser concedida a palavra. As visadas obedecem a um duplo critério: a relação do EUc com o TUi, considerando a posição que o primeiro ocupa e sua relação de força com este e a posição que o TUi deve ocupar.

Assim, a contribuição das visadas, devidamente imbricada nos outros componentes da situação de comunicação, é definir um conjunto de situações que, por obterem características similares, em termos de finalidade, permitem que levantemos um *corpus* em torno desse propósito e que estipulemos a situação-contrato de comunicação. É claro que essas situações de comunicação vão formar um conjunto heterogêneo no que diz respeito ao emprego dessas situações. Por isso, as visadas são o primeiro passo, mas não o todo do ato. Das visadas em diante, o autor propõe que se analise as formas de discursivização do ato, ou seja, as restrições discursivas do contrato e, por efeito de contiguidade, as restrições formais. Sobre o processo de discursivização, falaremos mais adiante. Antes disso, é necessário analisarmos os outros componentes da situação de comunicação.

4.1. Outros elementos da situação de comunicação: a identidade dos parceiros, o propósito e sua estruturação temática e as circunstâncias materiais

A identidade dos parceiros é outro item importante no contexto da situação-contrato. É ela que vai instruir as formas de dizer e orientar a expectativa do ato em nome da posição dos protagonistas que participam dele. Na comunicação midiática, por exemplo, há potencialmente uma instância informante de um lado, responsável por manter a sociedade informada sobre os acontecimentos do espaço público, às vezes de forma imparcial, às vezes não, julgando que a outra parte do contrato (a sociedade) não tenha essa informação, e uma

⁶ O termo “dever” aqui não tem teor de obrigatoriedade, apenas sinaliza o horizonte de expectativa, um lugar de ação que o TUi ocupa ao se engajar no ato, Charaudeau (2004, p. 23).

instância cidadã do outro, incumbida de receber as informações e avaliá-las em termos de pertinência, relevância, novidade, proximidade e veracidade dos fatos.

No caso das propagandas promocionais, há uma instância preocupada com o bem-estar social de um lado e uma instância sem informação e sob ameaça do outro.

Na publicidade, há um publicista querendo vender um produto ou um serviço de um lado e, do outro, uma instância consumidora na posição de ser convencida de que precisa do produto ou serviço anunciado.

A posição que ocupam os sujeitos pode condicionar o propósito a ser convocado pelo proponente do ato. Os sujeitos envolvidos no domínio de comunicação política, por exemplo, são, por via de regra, representantes da sociedade e por isso só podem desejar-lhes fazer o bem. Ou seja, o propósito geral do discurso político será sempre o de cuidar da integridade e bem-estar da população. Isso, porém, não significa que a visada a ser selecionada por esse propósito seja sempre a mesma, pois a visada dependerá da finalidade do ato individual de quem propuser o discurso. Assim, o sujeito político poderá convocar uma senão várias visadas para atingir o propósito geral e/ou seu objetivo específico (que às vezes não condiz com a visada principal desse contrato que consiste em promover o bem social). Caberá ao público, para o qual o discurso for direcionado, reconhecer a visada escolhida pelo sujeito político para então aderir, ou não, a seu projeto de fala.

O próximo elemento, o propósito e sua estruturação temática, portanto, não é o mesmo que a visada, pois esta representa uma unidade de análise mais fina, um esforço psicossocial do proponente do ato em atingir seu objetivo específico, objetivo este que estará sob a influência de uma configuração maior que é o propósito, podendo, portanto, condizer com ele, ou não. Assim, podemos dizer que o propósito tem a ver com uma intenção geral condicionada pelo papel que o sujeito ocupa na troca verbal. Essa intenção geral vai orientar os temas e subtemas a serem tratados (tematização dos dados). Para as mídias serão tematizados os acontecimentos do espaço público; para a publicidade, o bem-estar individual do sujeito; para a política e o discurso promocional, o bem-estar coletivo, etc.

Então, podemos afirmar que o propósito representa uma finalidade global do ato, visto que é a partir desse propósito geral que podem ser suscitadas várias intenções e levantadas várias visadas.

As circunstâncias materiais dizem respeito ao processo de materialização do discurso via instruções da situação de comunicação, no ambiente das restrições discursivas. Tem a ver com os instrumentos convocados no ato de comunicação para a manifestação deste. É claro que o meio de difusão estará condicionado também pelo propósito do ato, pela finalidade do

contrato e a visada selecionada pelo sujeito. Mas as circunstâncias materiais são as que influenciam mais diretamente nas formas.

Por exemplo, uma radiodifusão já impõe por meio de seu dispositivo que a interação seja oral e monolocutiva, já que não conta com a co-presença física dos participantes do ato. Um jornal impresso também condiciona que a interação seja monolocutiva, escritural e sem a co-presença física dos participantes.

5. Os mecanismos de funcionamento do ato: restrições discursivas e formais

Neste tópico estão reunidos os outros dois planos que reúnem os mecanismos necessários ao funcionamento do ato de linguagem. Neles, há um conjunto de procedimentos semiodiscursivos imprescindíveis para a realização do ato. Este é o espaço das regularidades discursivas, onde as atividades languageiras vão obedecer a um esquema de restrições discursivas e formais, instruídas também pela situação de comunicação, ou seja, é através da dinâmica dos elementos dessa situação (que estrutura o domínio de prática em domínio de comunicação e, por outro lado, ordena a discursivização), que essas regularidades vão se erigir. Vejamos com mais detalhes como funcionam essas restrições.

5.1. As restrições discursivas

No âmbito das restrições discursivas, cada elemento da situação de comunicação pode sugerir um modo de organizar o discurso. Assim, esses elementos vão suscitar um conjunto de procedimentos discursivos possíveis que o falante dispõe para organizar seu discurso de acordo, principalmente, com suas intenções, mas, ao mesmo tempo, respeitando os limites da situação-contrato.

Estabelece-se, então, uma relação de causalidade entre dados da situação (que são externos) e dados da discursivização (que são internos), pois os primeiros responderão à questão: “estamos aqui para dizer o quê?” o que nos leva a uma condição dos segundos: “como dizer?”. Mas estes dados externos, os da situação, vão apenas orientar o ato aos possíveis modos de enunciação e tematização dos assuntos. Eles determinam o que deve ser o quadro do tratamento languageiro no qual os modos de organização discursiva vão se ordenar, portanto, sua correspondência não se estabelece termo a termo.

Porém, uma base referencial entre os dados da situação de comunicação e sua incidência sobre as restrições discursivas é possível. Através dessa correspondência podemos

chegar à seguinte ideia: a finalidade do sujeito falante determina certa escolha dos “*modos enuncivos*” (descritivo, narrativo e argumentativo); a identidade dos parceiros da troca determinam certos *modos enunciativos* (alocutivo, elocutivo, delocutivo) os quais ele deve convocar em nome de seu propósito; os dados do propósito determinam certos *modos de tematização*, quer dizer, a organização dos temas e subtemas a serem tratados; e, por fim, os dados das circunstâncias materiais determinam certos *modos de semiologização*, quer dizer, a organização textual com todos os dispositivos que a língua pode oferecer (verbais e/ou não verbais) do ato de comunicação.

Assim, as restrições discursivas é o ambiente onde, sob o efeito das instruções da situação, vão ser geridas as maneiras de dizer. Porém, as restrições discursivas não podem ser confundidas com as restrições formais. É que no segundo caso esse tipo de instrução corresponde a um emprego obrigatório das maneiras de dizer que encontramos em textos que pertencem à mesma situação. Já no caso das restrições discursivas, o que se percebe está no âmbito das atividades de ordenamento do discurso (os modos discursivos acima citados), não sendo possível, portanto, estabelecer de forma exata o resultado do produto final dos textos.

Com base no que foi dito, podemos afirmar que as restrições discursivas correspondem a um espaço de transição entre a situação de comunicação e a configuração textual. Isso porque ela marca discursivamente os requisitos necessários que atendem às duas dimensões. Assim, um texto jornalístico, por exemplo, é diferente do outro pela escolha de suas formas. Porém, é reconhecido como tal porque atende aos requisitos mínimos da organização discursiva do gênero a que se propõe (narratividade e/ou descritividade dos fatos) e também aos critérios de pertinência da situação-contrato; relevância dos fatos conforme a exigência democrática de um povo que quer que os meios midiáticos se manifestem e esclareçam os acontecimentos do espaço público e ainda, aos critérios de captação dos leitores, atendendo a uma exigência de concorrência comercial que exige que este discurso se enderece ao maior número possível de pessoas.

Eis o motivo pelo qual esses modos de organização não podem ser critérios de tipologias textuais tais como a narração, a descrição e a argumentação, pois eles representam nada mais que sequências autônomas que podem ocorrer tranquilamente dentro de um mesmo gênero. São, a rigor, dispositivos discursivos a serviço do processo de discursivização.

A análise deste nível, contudo, resolve o problema de que todo texto com as mesmas recorrências discursivas poderia, em tese, pertencer ao mesmo gênero. Estes textos não pertencem ao mesmo gênero, mas sim ao mesmo domínio de comunicação que, por conta dos possíveis empregos, são heterogêneos. Portanto, são as regularidades situacionais que vão

indicar se os textos de um mesmo domínio podem ser reunidos em torno de um mesmo propósito ou não. E, por outro lado, são as restrições formais que vão sinalizar, por meio de suas ocorrências linguísticas, se as mesmas podem funcionar como índices da situação de comunicação. Assim, na perspectiva de Charaudeau, não se estipula um produto final por conta de suas recorrências linguísticas ou modos discursivos similares a de outros textos, mas tenta-se, isso sim, estabelecer relações intencionais por conta de sua correspondência, primeiramente, com os elementos da condição situacional e depois com as outras instâncias do discurso, isto é, com as restrições discursivas e formais. Estas últimas poderão funcionar, no entanto, como índices situacionais, reveladoras dos traços enunciativos e pragmáticos de uma situação de comunicação. É sobre elas que falaremos no próximo tópico.

5.2.As restrições formais

As restrições formais se encontram num espaço de materialidade textual onde as escolhas lexicais, fraseológicas, frásticas dependerão da apropriação das formas de uso. Essas formas sofrem influência das restrições discursivas, porém fazem eco nas exigências das restrições situacionais.

Retomando as restrições discursivas, o falante vai selecionar, de acordo com as características discursivas do ato (tipo de interlocução, posição dos sujeitos, modo de tematização), os recursos semiológicos que poderá usar. O que se ressalta é que esses recursos estarão condicionados principalmente pelas circunstâncias materiais da situação. Ou seja, o meio pelo qual o discurso vai se propagar poderá ser fônico ou escritural dependendo da circunstância material. Se for por teledivisão, por exemplo, os sujeitos estarão condicionados por uma interlocução sem a co-presença de ambos os parceiros da troca, porém, poderá contar com os efeitos fônicos, escriturais e imagéticos que esse meio pode lhe oferecer.

As restrições formais, portanto, não configuram uma maneira obrigatória de manipulação do material linguístico, mas sim de pistas situacionais cuja “filtragem” (seleção) se dará no plano discursivo. Isso, porém, não impede que as formas linguísticas que integram um *slogan* de um anúncio publicitário, por exemplo, sejam variáveis.

O relato dos acontecimentos do cotidiano através de manchetes jornalísticas também poderá ser composto de estruturas frásticas variáveis desde que atendam às exigências situacionais (proximidade ou relevância temporal, pertinência e compromisso com a realidade) e discursivas (marcadores de imparcialidade, narratividade e descrição dos fatos).

6. Considerações finais

Resumindo os três planos citados acima, podemos afirmar que o funcionamento do ato de fala dependerá, primeiramente, das condições de produção e de circulação das situações comunicativas, incluindo aí a dinâmica de seus elementos e, por outro lado, do processo de discursivização desse domínio, processo que depende da maneira como se configura formalmente o discurso através de um conjunto de procedimentos semiodiscursivos orientados pelas restrições discursivas e restrições da situação de comunicação.

Essa proposta, portanto, leva em consideração que o texto, sendo o resultado de um ato de linguagem concreto produzido por um sujeito intencional em uma situação contratual, requer uma análise que privilegie as propriedades gerais de produção e interpretação de todo fato linguageiro de maneira articulada.

Esta metodologia, nos relembra, no entanto, que cada nível contribui satisfatoriamente dependendo do objetivo a que se quer chegar. O nível situacional nos permite reunir um *corpus* cuja interpretação pode ser sinalizada, ou iniciada, a partir de dispositivos intencionais que revelam qual direção devemos seguir se quisermos revelar processos de construção e interação dos textos. O nível discursivo nos direciona por entre as maneiras de dizer, rotinizadas pelas práticas sociais, fazendo com que nos localizemos nos domínios de práticas linguageiras e nos apropriemos de tais modos. E, por último, o nível das recorrências formais que, se não servem para identificarmos com quais gêneros estamos lidando, servem como índices semiológicos que os especificam, já que estão a serviço dos elementos da situação de comunicação e fazem eco às suas exigências.

Contudo, se a intenção do analista for reagrupar uma gama de textos de acordo com suas constantes, deve-se, segundo o autor, recorrer às combinações que mesclam características semelhantes nesses três níveis. Por exemplo:

Na combinação *visada de instrução + modo descritivo + marcas do fazer* (lista e léxico especializado), se ligariam os textos do tipo “receita de cozinha”, “instruções de montagem”, “instruções farmacêuticas (posologia)”, etc.; na combinação *visada de instrução + modo explicativo + marcas gramaticais* (conectores lógicos) se ligariam os “manuais e guias de instrução”; na combinação *visada de prescrição + modo descritivo + marcas de impessoalidade e de obrigação* (pronomes da terceira pessoa do singular, torneios impessoais, verbos de modalidade) se ligariam os textos do tipo “leis”, “códigos”, “instruções oficiais”, etc. (CHARAUDEAU, 2004, p.37)

Assim, ao falar de gêneros, nessa perspectiva, podemos confirmar que sua classificação não é tão simples, se considerarmos toda a complexidade do fato linguageiro.

No entanto, pode-se chegar a pistas de sua construção e interpretação através de constantes que se apresentam em seus diferentes níveis formando uma densa teia que reflete seu plano estrutural de maneira consubstancializada.

Dito isso, o que se ressalta é que tratar os gêneros, de acordo com Charaudeau (2004) e sua teoria, é um exercício complexo que pode variar de acordo com o propósito a que se quer chegar. Diríamos, entretanto, que sua abordagem privilegia uma visão situacional (já que é a situação de comunicação e seus elementos que determinam toda a orientação do ato).

Referências:

BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. In: MACHADO, Ida Lúcia; PAULIUKONIS, Aparecida Lino. (Org.). Tradução de Ângela M.S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. *Uma análise semiolinguística do texto e do discurso*, In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-29.

CHARAUDEAU, Patrick. *Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual*. In: MACHADO, I.L.; MELLO, R. (org.). *Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004, p. 13-41.

MACHADO, Ida. *Algumas considerações sobre a Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau*. In: Ida Machado; João Santos; William Menezes (Orgs.) *Movimentos de um percurso em Análise do Discurso* Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2005, p.19-32.

MACHADO, I. L. *Algumas reflexões sobre a teoria semiolinguística*. Em: <www.letraseletras.ileel.ufu.br>. Acesso em: 15/10/2011

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual: análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296 p.

PAVIANI, Jayme et al. *Gêneros textuais, esferas profissionais e educação*. In: *Conexão, comunicação e cultura*. Universidade de Caxias do Sul – UCS, Vol. 7, n. 13, jan./jun. 2008. Caxias do Sul, RS: Educs, 2008. Em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/159/150>> Acesso em: 15 out. 2011.

PIRES, Carolina Leal. *Contribuições do pensamento bakhtiniano à análise semiolinguística do discurso*. Universidade de São Paulo – USP. *Rumores - Revista Online de Comunicação, Linguagem e Mídias*, São Paulo, Edição 7, v. 1, Jan./Jun. 2010. Disponível em: <http://www3.usp.br/rumores/visu_art2.asp?cod_atual=174>. Acesso em: 05 out. 2011.

Sites consultados:

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Po%C3%A9tica_\(Arist%C3%B3teles\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Po%C3%A9tica_(Arist%C3%B3teles)) Acesso em 15/10/2011

<http://www.consciencia.org/docs/poetica.pdf> Acesso em 05/10/2011